



Anais da Assembléia

Nº 130

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE JANEIRO DE 1990

ANO XVI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 4.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO PERÍODO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE JANEIRO DE 1990

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Obstenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Direceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/SAT/276, 277, 278 e 279/89 e 01, 02, 03, 05 e 06/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os seguintes Projetos de Lei:

345/89: DO PODER EXECUTIVO, que dá nova redação ao parágrafo 1º, do art. 3º, da Lei n.º 7.257/79, alterada pela de n.º 7.812/83 e adota outras providências pertinentes à taxa de Segurança, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.174. Anote-se

- Arquite-se.

067/88: De autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que dispõe que deverá ser distribuída no primeiro dia de aula de cada ano letivo, a todos os alunos das escolas de 1º e 2º graus do Estado do Paraná, uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.177. Anote-se - Arquite-se.

211/88: De autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que institui o "Concurso de Combate ao Fumo para Radioamadores do Estado do Paraná" a ser realizado anualmente, em 29 de agosto, "Dia Nacional de Combate ao Fumo", consagrado pela Lei Federal n.º 007488, do dia 11 de junho de 1986, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.176. Anote-se - Arquite-se.

329/89: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede pensões mensais conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.175. Anote-se - Arquite-se.

284/89: De autoria do Deputado GERNOTE GILBERTO KIRINUS, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei n.º 9.008/89, que dispõe sobre a criação do município de Santa Tereza do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.178. Anote-se - Arquite-se.

151/89: De autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E., com sede e foro na cidade de Clevelândia, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.179. Anote-se - Arquite-se.

308/89: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "Fundação Gladstone Francisco da Paixão", com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.180. Anote-se - Arquite-se.

211/89: DO PODER EXECUTIVO, que concede a CINIRA CAMARGO BRITO, viúva do ex-Prefeito do Município de Guarapuava, Antônio Ribeiro de Brito, uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos, o qual convertido em Lei tomou o número 9.181. Anote-se - Arquite-se.

258/89: De autoria do Deputado LAURO LOBO ALCÂNTARA, que altera o art. 2º da Lei n.º 7.568/82, para fixar em Rcz\$ 4.375,00 o valor da pensão mensal às viúvas dos ex-Governadores do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.182. Anote-se - Arquite-se.

OF.DTL/SAT N.º 07/90

Curitiba, 04.01.90

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento

do Ofício nº 276/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 210/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os proprietários e responsáveis por estabelecimentos de hospedagem, a qualquer título, ficam obrigados ao registro de suas casas comerciais, perante o órgão policial competente e adota outras providências.

O plano de lei em exame não mereceu acolhimento por ter sido considerado contrário aos interesses públicos e por conter vício de inconstitucionalidade. Essa assertiva é devida ao pronunciamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública que, examinando a matéria, asseverou:

"O Projeto de Lei nº 210/89, objetiva atualizar o disposto na Lei nº 6416, de 03 de julho de 1973, revogando esta última e estabelecendo as inovações seguintes:

1) - extingue a ficha de registro de hóspedes, prevista na lei em vigor, adotando tratamento diverso para os hotéis "estrelados", nos quais deverá ser preenchida a ficha própria da EMBRATUR. Para os hotéis "não estrelados" exigir-se-á somente a identificação junto à portaria, não havendo o preenchimento da ficha;

2) - institui a "taxa mensal" a ser paga por todos os hotéis, mediante percentual calculado com base no salário-mínimo, por aposento;

3) - derroga a previsão atual, da responsabilidade do hospedeiro em providenciar para que fosse evitado o "favorecimento da prostituição e a corrupção de menores" (art. 27 - Lei 6416/73). Estabelece o Projeto, ainda, as condições para a cassação do alvará de funcionamento (art. 19), sendo essa medida considerada aplicável com exigências menos rigorosas.

A extinção das fichas de registro de hóspedes deve obrigatoriamente suceder a formalização, pelos hotéis, de relação discriminada dos integrantes da hospedagem, com remessa ao órgão policial competente. Essa providência objetiva facilitar as investigações policiais, quando da ocorrência de infrações penais cometidas por hóspedes ocasionais. O projeto, todavia silencia a esse respeito.

De outro lado, ao extinguir a "ficha de registro de hóspedes", que atualmente é absorvida pela rede hoteleira, num montante de 120.000 fichas, mensalmente, ao custo unitário de Rcz\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos), pretende o Projeto substituir ~~essa~~ sistemática tradicional, pela cobrança de uma taxa mensal, por aposento, em torno de Rcz\$ 50,00 (cinquenta e oito

cruzados novos) para os estabelecimentos "estrelados" e de Rcz\$ 117,00 (cento e dezessete cruzados novos) para os "não estrelados".

A instituição dessa taxa mensal, a ser paga pelos hotéis e similares, calculada com base no salário-mínimo vigente, cabe observar, colide com o disposto no art. 7º, inciso IV da Constituição Federal. Como ainda, estabelece duplicidade de tratamento com o previsto na Lei nº 7257, de 30 de novembro de 1979 (Lei das Taxas de Segurança), sobre a mesma taxa.

As "penalidades administrativas" de que trata o Projeto em referência (art. 20 - I), estão igualmente calculadas sobre o valor do salário-mínimo, implicando em desrespeito ao preceito constitucional acima citado.

Assim, o Projeto em exame afigura-se inconveniente aos interesses do organismo policial civil, no que tange aos reflexos eventualmente incidentes na receita do FUNRESPOL e na fiscalização de sua competência, e sobretudo contém matéria conflitante com a norma constitucional, na forma explicitada."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa. -

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa

PROJETO DE LEI Nº 210/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os proprietários e responsáveis por estabelecimentos de hospedagem, a qualquer título, ficam obrigados ao registro de suas casas comerciais, perante o órgão policial competente.

Parágrafo Único - na Capital, o registro far-se-á junto à Delegacia de Ordem Social, após despacho final do titular da Diretoria da Polícia Civil.

Art. 2º - O requerimento de registro será instruído com os seguintes documentos:

I - registro na Junta Comercial do Paraná;

II - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;

III - vistoria favorável da Saúde Pública, Corpo de Bombeiros e Prefeitura Municipal;

IV - certidões negativas de antecedentes criminais do proprietário ou responsável pelo estabelecimento;

V - prova de permanência legal no país, quando o proprietário ou responsável

por estrangeiro.

Parágrafo Único - Atendidas as exigências do registro, o Corpo de Bombeiros e a Secretaria Estadual de Saúde Pública vistoriarão, periodicamente, os estabelecimentos.

Art. 3º - O alvará de funcionamento será concedido uma vez preenchidos os requisitos do artigo 2º, em todos os seus itens, nele figurando o número de ordem, o nome do estabelecimento, o nome dos proprietários ou responsáveis, bem como o nome de fantasia do estabelecimento.

Parágrafo Único - Para obtenção do alvará, será recolhida a taxa prevista nesta Lei.

Art. 4º - O alvará será renovado anualmente até o dia 28 de janeiro de cada ano, mediante apresentação da guia de recolhimento da taxa de renovação, devidamente quitada.

Parágrafo Único - O valor da taxa anual corresponderá a 5% (cinco por cento) do salário-mínimo vigente no mês de fevereiro do ano correspondente, para cada aposento que o estabelecimento possuir.

Art. 5º - A mudança de nome ou de espécie do estabelecimento, dependerá de alvará que será expedido pela autoridade policial.

Art. 6º - Em caso de alienação do estabelecimento, o novo proprietário ou responsável, mediante prova de aquisição, requererá à autoridade policial a transferência do registro, satisfeitas as exigências desta lei, providenciando-se a baixa do registro anterior.

Art. 7º - O estabelecimento de hospedagem somente poderá transferir-se de prédio, mediante prévio requerimento à autoridade policial e satisfeitas as exigências do item III, do art. 2º, desta Lei.

Art. 8º - Não será licenciado estabelecimento cujo proprietário ou responsável tiver sido condenado em processo por crime contra os costumes, saúde, incolumidade pública, patrimônio, ou por contravenção.

Parágrafo Único - Não será licenciado o estabelecimento pertencente a Sociedade ou Associação da qual faça parte, sob qualquer forma, pessoa condenada em procedimento penal regular.

Art. 9º - Os estabelecimentos de hospedagem não poderão funcionar sem o registro de que trata o artigo 1º desta Lei, sujeitando-se às penalidades previstas nesta Lei.

Art. 10 - Não serão concedidas autorizações precárias ou provisórias para funcionamento de estabelecimentos de hospedagem.

Art. 11 - Nos estabelecimentos classificados pelo sistema de "estrelas", pela Embratur ou outro que venha a substituí-la, o pretendente à hospedagem somente

ocupará os aposentos, após identificar-se e preencher com clareza a ficha de registro própria.

Parágrafo Único - As fichas serão adquiridas, preenchidas e encaminhadas, de acordo com as instruções da Embratur ou da Empresa que a suceder.

Art. 12 - Nos estabelecimentos não classificados pelo sistema de "estrelas", adotar-se-á o mesmo critério de identificação, não havendo necessidade de preenchimento de ficha de registro.

Art. 13 - Se o hóspede não souber ou não puder escrever, o encarregado da recepção preencherá a ficha, anotando tal circunstância.

Art. 14 - Somente com autorização expressa da autoridade policial, poder-se-á admitir hóspedes sem documentos de identidade.

Art. 15 - Todos os estabelecimentos de hospedagem receberão ao Funrespol, taxa mensal que deverá ser paga até o último dia útil de cada mês, na forma seguinte:

I - os classificados pelo sistema de estrelas, 7,5% (sete e meio por cento) do valor do salário-mínimo vigente na data do vencimento, para cada aposento;

II - os não classificados pelo sistema de estrelas, 15% (quinze por cento) do valor do salário-mínimo vigente na data do vencimento, para cada aposento.

Art. 16 - Se o pretendente à hospedagem estiver acompanhado de menor de dezoito anos, deverá comprovar sua condição de responsável legal e, não o sendo, exibirá autorização do responsável ou do Juizado competente.

Parágrafo Único - Na ausência da comprovação ou da autorização, ou em caso de dúvida, poderá ser aceita a hospedagem desde que o responsável pelo estabelecimento acolha as declarações dos pretendentes e as abone, expressamente.

Art. 17 - Não é obrigação do hospedeiro a perquirição do estado civil ou das intenções dos hóspedes.

Art. 18 - As inspeções aos estabelecimentos de hospedagem serão procedidas pelos órgãos competentes e, salvo nos casos de inspeção para a aferição das perfeitas condições físicas de todo o estabelecimento, as demais ficarão restritas aos locais de administração e recepção.

Art. 19 - Será cassado o alvará de funcionamento:

I - quando, habitualmente, os hóspedes, visitantes, empregados ou fregueses perturbem o sossego alheio, ponham em risco a vida ou a integridade física de terceiros ou atentem contra moral e o decoro;

II - quando habitualmente, os proprietários, responsáveis ou empregados do estabelecimento, procurem dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos públicos;

III - quando o estabelecimento deixar de recolher o valor de multas, no prazo previsto no artigo 22.

Art. 20 - Independentemente de outras sanções, os estabelecimentos de hospedagem sujeitam-se às seguintes penalidades administrativas:

I - multa no valor de 1 (hum) a 6 (seis) salários-mínimos:

a) por falta de registro do estabelecimento na delegacia policial competente;

b) por dificultar a fiscalização policial;

c) por tolerar ruídos ou algazarras em hora de repouso noturno;

d) por não exigência ao hóspede de documento de identificação;

e) por não possuir Alvará de Licença ou não revalidá-lo anualmente.

Art. 21 - É o titular da Delegacia de Ordem Social autoridade competente para a aplicação das penalidades previstas nesta Lei, cabendo recurso, com efeito suspensivo, no prazo de dez dias para o Diretor da Polícia Civil, na hipótese de aplicação de multa.

Parágrafo Único - No interior do Estado, as penas de multa serão aplicadas pela autoridade policial local, cabendo recurso, com efeito suspensivo, no prazo de quinze dias, para o Delegado de Ordem Social a quem se comunicará, em igual prazo, a aplicação da penalidade.

Art. 22 - Após decisão denegatória do recurso, terá o estabelecimento infrator o prazo de quinze dias para recolher o valor da multa.

Art. 23 - As multas ou quaisquer valores não recolhidos nos prazos previstos, serão corrigidas monetariamente nos mesmos índices das demais taxas ou impostos estaduais.

Art. 24 - Verificada infração passível de multa, será lavrado termo constando data e hora da infração, nome e endereço do estabelecimento, natureza da infração e nome e cargo do encarregado da fiscalização.

Parágrafo Único - O termo será assinado pelo encarregado da fiscalização e pelo responsável pelo estabelecimento ou, quando houver recusa deste, por duas testemunhas, observando-se tal circunstância.

Art. 25 - O termo de infração será lavrado em duas vias, na Capital, e três vias, no interior, sendo que a segunda via será entregue ao infrator e a terceira via, quando houver será encaminhada à Delegacia de Ordem Social.

Art. 26 - A primeira via do termo de infração, após atuada, será encaminhada à Delegacia de Ordem Social da Capital, ou Delegacia Policial da localidade, para aplicação das sanções cabíveis.

Art. 27 - O estabelecimento de hospedagem manterá em sua fachada, obrigatoriamente, letreiro indicativo de sua espécie comercial.

Parágrafo Único - Cassado o alvará de funcionamento, a autoridade policial mandará retirar o letreiro.

Art. 28 - Todas as taxas e multas previstas nesta Lei reverterão ao FUNRESPOL.

Art. 29 - Após a publicação desta lei fica suspensa a impressão das fichas de hospedagem previstas na Lei n° 6416/73.

Art. 30 - Publicada esta lei, o critério de fichas previsto na legislação anterior será adotado somente até o encerramento do mês da publicação.

Art. 31 - Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogada a Lei n° 6416, de 03 de julho de 1973 e demais disposições que a contrariem.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.89.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

WERNER WANDERER

1° Secretário

PIRAJÁ FERREIRA

2° Secretário

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa que propomos visa, principalmente, atualizar a legislação estadual que rege os estabelecimentos de hospedagem do Paraná, adequando-a a uma realidade mais condizente com a evolução dos costumes.

De outra parte, seu alcance é ainda maior, pois sabe-se que grande parte dos estabelecimentos abrangidos por este plano de lei, não utiliza as fichas fornecidas pelas autoridades policiais, gerando prejuízo irreparável para os cofres públicos, prejuízo esse que se agiganta quando não recolhidas, nem aplicadas, multas e não pagas as taxas de concessões de alvará e de número de aposentos.

Assim, para sanar essas irregularidades, submetemos este plano à apreciação dos Senhores Deputados.

Mensagens:

MENSAGEM N° 004/90

Curitiba, 08 de janeiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a contratação de servidores, em casos de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço, da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Estado do Paraná.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa é de fundamental importância eis que virá dotar a administração pública de instrumentos legais no

sentido de atender necessidades urgentes da contratação temporária de pessoal para setores vitais da atividade do Estado, mormente os da agricultura, educação, saúde além de outros.

Vale ressaltar que a medida proposta guarda inteira harmonia com o preceito contido no inciso IX, do artigo 27 da Constituição Estadual, através do qual é aberto um permissivo para os casos de contratação, por tempo determinado.

O anexo anteprojeto de lei contém dispositivos expressos no sentido de que as contratações em causa serão improrrogáveis e não poderão ultrapassar o prazo de um ano, estabelecendo-se ainda, que os contratos dependerão da realização de testes seletivos e que os servidores contratados nos termos da medida proposta não poderão perceber salários em nenhuma hipótese superiores aos pagos aos servidores que exerçam funções análogas nos quadros do Estado. E, finalmente, previsto um prazo de trinta dias para a regulamentação da lei, onde serão definidas e atendidas as peculiaridades de cada área de atuação do Estado.

Tendo em vista o assunto versado e os elevados interesses públicos solicito que a presente proposição seja apreciada no atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado do Paraná, fica autorizada a contratar servidores, em casos de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço.

Art. 2º - A contratação a que se refere o artigo anterior se dará mediante a realização de teste seletivo e será ordenada por despacho fundamentado do Chefe do respectivo Poder, que declarará a necessidade e o interesse público, após a manifestação dos órgãos envolvidos.

§ 1º - As solicitações de contratações a que se refere esta lei deverão conter justificativa pormenorizada sobre a necessidade das mesmas e a caracterização da temporariedade do serviço a ser realizado.

§ 2º - O contrato, improrrogável, terá prazo máximo de um ano, sendo vedada a recontratação.

Art. 3º - Os salários dos servidores contratados nos termos desta lei não poderão, em hipótese alguma, ser superiores

aos pagos a servidores que exerçam funções análogas no Estado.

Art. 4º - O Chefe do respectivo Poder regulamentará esta lei, em trinta dias, estendendo as peculiaridades de cada área de atuação do Estado.

Art. 5º - Efetivada a contratação autorizada por esta lei, o órgão responsável encaminhará a respectiva documentação ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de registro (art. 75, III, da Constituição Estadual).

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 01 de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 005/90

Curitiba, 08 de janeiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de ~~vir~~ à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar as providências que se fizerem necessárias no sentido de que a medida constante da Mensagem nº 132/88, de 15 de dezembro de 1988, seja incluída no rol das matérias para a apreciação no atual período de convocação extraordinária dessa augusta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 3138
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, para apreciação e Parecer aos Projetos de Lei nºs 01, 02, 03 e 04/90, e para o Projeto de Resolução nº. 01/90, todos tratando do reajuste salarial das diversas categorias de funcionários públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 09.01.90

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Lindolfo Júnior.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença do Deputado Federal Darci Deitos, aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registramos com muita satisfação a presença do Deputado Federal Darci Deitos.

Com a palavra, o Deputado Lindolfo Jú-

nior, no Pequeno Expediente.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Queremos cumprimentar a equipe que trata das finanças do Estado e a equipe que trata da divulgação do Governo, pelo brilhante desempenho no episódio do aumento de 292,11% dado ao funcionalismo.

Pena que estejamos cumprimentando pela eficiência com que foi praticado o maior truque de ilusionismo que se tem notícia, contra os servidores públicos do Estado do Paraná, em todos os tempos!

Aparentemente, o Governo do Estado concedeu uma reposição de 292%, a qual será paga em uma só parcela, "zerando todos e quaisquer possíveis resíduos salariais decorrentes da aplicação do IPC durante o exercício de 1989."

Essa afirmativa estaria correta, se aos professores não fosse concedido o percentual de apenas 183,53%, contra os 292,11 anunciados solenemente.

Mas, em sua exposição de motivos, a Mensagem nº 03/90, afirma que o plano de lei proposto tem por objetivo assegurar ao funcionalismo, remuneração em níveis justos e atualizados.

Para tanto, apresenta um esboço de política salarial para o exercício de 1990.

Com a devida vênia, tudo o que está sendo dado através do seu artigo 1º, está sendo retirado pelo seu artigo 8º.

O reajuste é ilusório!

A reposição está sendo feita apenas para vigir no mês de janeiro!

Se as entidades de classe recusaram uma reposição parcelada e progressiva, não perceberam que está sendo proposta uma reposição momentânea, regressiva e auto-degradável.

A inflação de janeiro já é conhecida no tocante ao seu índice mínimo, de 51,30% já festejado pelo Governo Federal. O item 1, do artigo 8º, estabelece que a reposição de fevereiro será de apenas 25% do IPC de janeiro, devendo ser aplicado mais 25% do mesmo IPC no mês de agosto e os restantes 50% somente em janeiro de 1991. Com isso, o servidor público que pensa dormir tranquilo com a reposição de janeiro, certamente acordará com pesadelos no final de fevereiro, quando receber os vencimentos novamente defasados em 37,5% do IPC deste mês (se forem confirmadas as previsões otimistas da equipe de Sarney), e, notem bem, Senhores Deputados: 147% (CENTO E QUARENTA E SETE POR CENTO) EM RELAÇÃO A REPOSIÇÃO DE 292,11% QUE ESTÃO RECEBENDO!

A partir de fevereiro, segundo consta do parágrafo 1º, do mesmo artigo 8º, as atualizações mensais serão de aproximadamente 75% do IPC do mês anterior, considerando-se a dedução do percentual de 10%

para um índice de 40% ou de 5% para um índice de 20%.

Isso, vale dizer, em números concretos, que um professor que tinha assegurada a percepção de um piso de 3 salários-mínimos no início do Governo, ficará com NCz\$ 2.292,20 em janeiro, correspondendo a pouco menos de dois salários-mínimos. Considerando-se a variação do IPC de janeiro do percentual já admitido de 50%, seu vencimento será reajustado em apenas 12,5%, para NCz\$ 2.578,25, enquanto que o salário-mínimo deverá superar o valor de NCz\$ 1.925,92, DIMINUINDO O PISO ANTERIORMENTE CONQUISTADO, PARA APENAS 1,3 (UM PONTO TRÊS) SALÁRIOS-MÍNIMOS, FICANDO PRÓXIMO DO SALÁRIO-MÍNIMO EM MARÇO, POIS A PRIMEIRA REPOSIÇÃO INTEGRAL SOMENTE ACONTECERÁ NO MÊS DE ABRIL!

O Agente de Segurança, que tem o básico fixado em NCz\$ 3.967,47 em janeiro, correspondendo a pouco mais de três salários-mínimos, passará a perceber 2,3 salários em fevereiro, quando terá os vencimentos fixados em aproximadamente NCz\$ 4.465,00 contra um salário de NCz\$ 1.925,00. Em março, o Agente de Segurança terá o vencimento reduzido para aproximadamente dois salários-mínimos!

Essa é a realidade, incontestável, dos efeitos futuros da política salarial que está sendo proposta!

Outro erro técnico, é a projeção de inflação mensal em percentuais acima de 40%. Se isso acontecer durante o exercício inteiro de 1990, a inflação anual chegará a quase 6.000%, e o País terá quebrado!

Outro dado que não está batendo, diz respeito às despesas com a execução do plano de lei que trata do reajuste.

Em sua exposição de motivos, é acusada a cifra de NCz\$ 995,948 mil, enquanto que a imprensa noticiou, durante a semana, que se houvesse reposição integral e não parcelada dos 292,11%, os gastos seriam de NCz\$ 1.650.000 mil, para uma arrecadação de apenas (sic) 1.250.000 mil.

Ora, se estava prevista uma despesa de 32% acima da arrecadação, como se justificava que ela tenha sido reduzida para apenas 79,5% da arrecadação, sem que houvessem cortes? Ou será que foi o professor quem arcou com a ilusória "reposição integral"?

Fica, portanto, registrado, o nosso alerta para o que poderá acontecer dentro de sessenta dias!

Não adianta tratar o funcionalismo como simples platéia de um espetáculo digno de um David Coperfield, fazendo o mesmo pensar que está vivendo uma situação real, quando foi usado truque de magia para uma ilusão momentânea e agradável aos olhos.

Vamos votar com atenção, pois, ninguém quer ser ludibriado, em prejuízo que pode se tornar irreparável, como tentou fazer o

Sr. Luís Roberto Rojas para obter os dois pontos do selecionado verde-amarelo. A sua trama não deu certo.

Não podemos afirmar que a elaboração do anteprojeto em tela tenha sido procedida com a finalidade de enganar o servidor público, mas, tornamos a afirmar que a reposição de 292 de janeiro valerá menos de metade no mês de março, sem que nada possa ser feito para minimizar o problema, pois, esta Casa entrará em recesso.

Por outro lado, não queremos que nos culpem por retardar a aprovação da Lei, a qual pretendemos votar em tempo hábil para que as folhas de pagamento sejam feitas dentro do corrente mês."

Rogamos às Lideranças do Governo que procurem uma solução para a redação do artigo 8º, e uma reposição mais digna como aquela que nós propusemos aqui neste plenário, a reposição mensal para os servidores públicos. Já que na oportunidade o nosso Projeto foi taxado de demagógico, é importante que se esclareça à opinião pública e ao servidor público que infelizmente o nosso Projeto de reposição salarial não passou por apenas dois votos.

Acho justo esse reajuste e continuaremos lutando, já existe uma colocação nas entrelinhas do próprio Governador, do próprio Chefe do Executivo Estadual no sentido de repor as perdas mensais, mensalmente do servidor público. Eu acho que nenhum Deputado se levantou para dizer que o Governador é demagogo. Não. Somente quando nós apresentamos a proposta do reajuste mensal na Assembléia. Eu gostaria de pedir a atenção para o artigo 8º e uma reposição mais digna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aos senhores professores, aos nossos mestres que reclamam por aquela remuneração que aparece na televisão, de outros Estados, mas não é repassada para as tabelas que servirão de base para o cálculo de seus vencimentos. A reposição, repito, é momentânea, e regressiva. Fica aqui o nosso alerta.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Esta Casa recebe com muita satisfação, mensagem de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, anunciando e propondo o índice de reajuste aos senhores funcionários públicos. E o Governador Álvaro Dias, num esforço supremo, num esforço quase sobre-humano, consegue com sua mensagem zerar o IPC dos senhores funcionários

públicos. É verdade que com essa inflação que corroe o salário dos senhores funcionários, nós até poderíamos prever, ou dizer que seria até aceitável um índice maior, 292% para o quadro geral, índices para outras categorias, todas elas no entanto zerando o IPC. O Estado deverá dispende no mês de janeiro, no final do mês de janeiro, um bilhão e seiscentos milhões de cruzados para o pagamento dos senhores funcionários públicos, enquanto que a arrecadação do ICMS deverá girar em torno de um bilhão e trezentos mil cruzados. Um déficit de aproximadamente trezentos bilhões de cruzados. Mas, o Governador Álvaro Dias entende a situação dos senhores funcionários e enviou esta mensagem à Assembléia Legislativa, que tenho certeza será votada sem emendas pelos Senhores Deputados, fazendo, desta forma, uma homenagem aos senhores funcionários públicos.

Nós sabemos, já sentimos e vimos que alguns Deputados procurarão novamente usar a tribuna desta Assembléia procurando fazer demagogia. Alguns deverão falar: "mas esta política salarial proposta não é a ideal, nós queremos uma política salarial ainda melhor." Nós até podemos concordar que esta política salarial não seja a ideal - os senhores funcionários públicos merecem uma política salarial melhor -, mas nós não tínhamos nenhum tipo de política salarial, nenhuma política salarial a oferecer aos senhores funcionários públicos. Recebiam o contracheque no final do mês e não sabiam quanto ganhariam no mês seguinte, e a partir do mês de março, com esta política salarial proposta pelo Governador Álvaro Dias, pelo menos saberão quanto deverão ganhar no mês seguinte. Política salarial que poderá ser reformulada, que poderá ser reestudada, tudo em benefício dos senhores funcionários públicos.

Por isso, Senhor Presidente, e ilustres Parlamentares, nós queremos dizer da nossa satisfação. Nós vemos, agora sim, uma política salarial que com o passar dos meses, com o aprimoramento que, através das negociações iremos incrementar, deveremos chegar a um consenso - Governo-Funcionalismo Público - para que a máquina estatal continue a desenvolver o seu trabalho para que os senhores funcionários públicos passem a trabalhar satisfeitos e para que o Governo do Estado do Paraná possa também ter as suas contas em dia e poder também, de alguma forma, aplicar recursos em obras e investimentos. Porque se de um lado os senhores funcionários públicos exigem um salário melhor, de outro lado nós temos prefeitos, vereadores, pedindo também investimentos: investimentos em estradas, investimentos em pontes. Nós também temos que atender este lado. Vamos

atender aos senhores funcionários, mas vamos atender também ao prefeito, ao vereador, ao agricultor, que precisam de investimentos em seus municípios.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrando o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais servidores, funcionários públicos integrantes desta Sessão Legislativa.

Nesta terça-feira, estamos começando a apreciar neste Parlamento, uma das matérias de maior significado do exercício do Poder Público no Estado do Paraná. Estamos discutindo além das reposições salariais do exercício de 1989. Pela primeira vez neste Governo, nestes três anos de Governo, nós aqui estamos começando a discutir uma política salarial para o funcionalismo público do nosso Estado. E penso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, tem tratado o funcionalismo como um pai malvado, que nega o pão ao seu filho pelo simples prazer de fazê-lo passar necessidade.

Essa é a conclusão que eu resumo da política salarial adotada nesses três anos por sua Excelência o Governador Álvaro Dias.

Esse pai passa muitos dias deixando apenas migalhas para o filho. Insensível aos seus apelos, mas ao ver o filho famélico e abatido, depois desse jejum forçado, esse pai se compadece e decide dar o pão ao filho.

Antes, porém, exige que o filho lhe dê demonstração de gratidão. Pois bem, o Governo Álvaro Dias tem tratado os servidores públicos nesses três anos a pão e água e isso ninguém esquece.

Foram três anos de padecimento e não podemos negar que o funcionalismo do Estado soube padecer resignado. Até hoje a falta de caixa sempre foi a resposta e a desculpa pronta que o Governo apresentou ao funcionalismo para se negar a atender as suas reivindicações salariais.

O desempenho da receita do Estado, sempre foi apontado como fator determinante para a necessidade de manter uma política de arrocho no salário dos funcionários públicos do nosso Estado.

Em vários momentos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, questionamos nesta tribuna esta postura do Governo, porque nos parecia incompreensível, como nos parece até hoje, que houvesse um desequilíbrio entre a receita do Estado e os gastos com o pessoal.

Curitiba, terça, em 09.01.90

Afinal no atual período de Governo, o poder aquisitivo dos servidores só foi diminuindo, alcançando o ponto crítico no ano passado. Ao lado disso, o Governo Álvaro Dias sempre fez proselitismo político na sua permanente e rica campanha publicitária, em torno do fato de ter reduzido o número de funcionários públicos do Estado. Onde se conclui de que se a folha de pagamento não apresentou um número real, a receita do Estado não arrecadou o que deveria e não vamos nos deter neste ponto para saber quais são as razões. Se são as isenções fiscais, as anistias, aspirações de prazos ou outras formas de favorecimento aos setores empresariais que foram beneficiados por esses mecanismos.

O fato concreto que temos diante de nós é o sacrifício imposto ao funcionalismo pelo atual Governo.

Quando eu faço esta afirmação, considero o período de Governo de março/87 a janeiro de 1990.

Não basta agora passarmos uma borracha por cima desse período e dizer que o acerto de contas com o funcionalismo do Estado já foi feito. Tudo bem. E daí? Daí, para quem está no sufoco há muito tempo, esse reajuste salarial apresentado e que estamos apreciando neste momento de 292,11% pode até parecer um grande alívio. Acontece, mais ou menos, como quando a gente está calçando um sapato que está apertando o pé. Depois de caminhar um dia inteiro sentindo esse incômodo, ao tirar o sapato você tem uma sensação imediata de alívio, mas logo em seguida percebe que ficou com um enorme calo que precisará de um tratamento cuidadoso para que saia. Para os servidores do Estado esse reajuste traz um aparente alívio para quem agüentou um aperto salarial durante todo o ano de 1989. O fórum das entidades sindicais dos servidores públicos apresentou ao Governo um estudo do DIEESE, com dados que merecem aqui um comentário: tomando por base o valor real do salário de janeiro de 1989, ao longo dos últimos doze meses, o servidor do Estado recebeu menos que seis meses de salário neste ano de 1989. Quer dizer, durante seis meses do ano passado os servidores trabalharam gratuitamente para o Estado do Paraná. É por isso que chegamos agora ao mês data-base com uma defasagem próxima aos 300%, reconhecida pelo próprio Governador do Estado. Podemos afirmar com toda ênfase que o tamanho da reposição ora oferecida, ela retrata o tamanho do arrocho salarial a que eles foram submetidos pelo nosso atual Governo.

Ora, convenhamos, que mérito há nisso? Os bajuladores espero que não se excedam ao render tributos ao Governador; peço que não omitam este fato e apoveito até para lançar um desafio aos Deputados, princi-

palmente defensores do Governo, que apresentem nesta tribuna uma única categoria profissional, seja do setor público ou seja do setor privado, que tenha chegado ao mês data-base, neste começo de ano, ou no final do ano passado, com uma defasagem igual ao que tiveram os funcionários públicos do Estado do Paraná. Simplesmente não há. O que mostra que os servidores foram os mais sacrificados. E esta reposição que ora se propõe não representa qualquer indenização pelos salários que os servidores deixaram de receber durante esses anos que passaram. O que nos choca nesta hora, é o comportamento daqueles que em outras ocasiões aprovaram e apoiaram as medidas do Governo que implicavam em perdas salariais, como foi o projeto aprovado há um ano atrás, na última data-base, onde se aprovou arrocho salarial para o funcionalismo público. Já afirmaram que o mal da Nação é que os governos governam pensando na próxima eleição.

De fato, no Paraná comprova-se mais uma vez este comportamento. Para que não se afirme que o nosso Partido faz oposição sistemática, devo confessar aqui que reconheço alguns avanços na postura do Governador Álvaro Dias. Vejam vocês que um Governador que até há bem pouco tempo se permitia autorizar o uso da polícia montada e de bombas para dispersar manifestações pacíficas de professores, agora recebe em seu gabinete as lideranças dos servidores. Reconheço que é um avanço, um avanço que merece aplausos.

O que não merece aplausos é o fato do Governador Álvaro Dias ter deixado para o último ano do seu Governo, ou melhor dizendo, para os últimos meses provavelmente, para tratar da questão salarial dos servidores públicos do nosso Estado.

Afirmo isso porque suponho que as finanças do Estado não estejam melhores agora do que nos anos anteriores - a não ser que o Paraná opere algum prodígio de se beneficiar deste descontrole inflacionário.

Outra suposição que me parece mais acertada é que o Governo guardou fôlego para o ano eleitoral. Aliás, o jornal "Folha de São Paulo" noticiou fartamente há poucos dias que o Governador do Paraná guardou fôlego e "caixa alta" para ser candidato ao Senado. Depois de tratar a pão e água o funcionalismo durante três anos, qualquer concessão é suficiente para que Álvaro Dias deixe o Governo com uma imagem menos desgastada diante dos servidores.

Não precisamos aqui fazer a análise que as lideranças dos servidores já fizeram: a política salarial proposta pelo Governo não protege integralmente os salários contra a inflação. A alegria dos ser-

vidores neste momento vai durar pouco se a inflação permanecer nos patamares que aí estão e que por ora não temos previsão que se altere.

Supondo que a inflação de janeiro seja de 60%, em fevereiro os servidores terão um reajuste salarial de 15%, acumulando uma defasagem próxima de 40%. Tendo em conta que a inflação de fevereiro também se mantenha na casa de 50%, em março os servidores acumulariam uma defasagem de mais de 15%, que junto com os 40% do mês anterior elevaria as perdas para mais de 60%.

Conclusão, a alegria momentânea que os servidores públicos possam ter, com essa política salarial aprovada no mês de março os salários estarão defasados em 60% se for aprovada esta proposta de reposição que está ora em discussão neste Parlamento.

É claro que para quem está na chuva, qualquer guarda-chuva serve. Para os servidores que até aqui viviam na incerteza, mesmo essa política salarial com todas as suas limitações, com todas as suas imperfeições, dá um certo conforto.

Agora a reivindicação das categorias, que nos parece absolutamente justa, é a reposição mensal dos salários com base no IPC integral.

Ninguém melhor do que nós, os Deputados, sabemos como se faz para proteger os salários da inflação, é com reajustes mensais e, muitas vezes, acima dos patamares da própria inflação.

Neste momento, a Central Única dos Trabalhadores encampa a luta pelo pagamento semanal dos salários. Com esta inflação também é justa esta reivindicação. Aliás, setores empresariais já adotaram e já adotam e estão praticando em suas empresas o pagamento quinzenal, o pagamento mensal, porque um patamar de mais de 60% mês, é óbvio que trinta dias de espera implica numa perda de 50% no valor real do salário.

É de se perguntar neste momento o porquê que só a mão-de-obra é que continua sendo comprada com o prazo de pagamento de trinta dias, sem correção, porque os produtos industriais, as indústrias, estão se negando a entregar suas mercadorias com mais de sete dias de prazo. Portanto, é injusto que somente a mão-de-obra é que tem que esperar mais de trinta dias.

O DIEESE mostrou que, com uma inflação atual, o pagamento dos salários numa só parcela representa uma perda sempre acima de 30% ao mês.

Tudo isto, Senhores Deputados, serve para mostrar que não há razão para prosseguimento com o reajuste do funcionalismo. Vamos ser coerentes. Vamos reconhecer que o Estado apenas cumpre uma obrigação - e

cumpra tardiamente -, de repor o que a inflação corroeu durante o ano que passou. E quem considera mérito sacrificar o funcionalismo durante tanto tempo, para depois exigir gratidão pela simples reposição daquilo que lhe foi tomado indevidamente durante o ano...

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é hora de refletir. É hora de levarmos em conta todos os aspectos que por ora se colocam em apreciação.

Não mencionei aqui, e que faz parte da política salarial, o desrespeito com a nossa nova Constituição Estadual, que diz que os vencimentos dos servidores públicos devem ser pagos até do dia 30 do mês. Sua Excelência o Governador acaba de desrespeitar a Constituição que aqui jurou cumprir e começa a abrir um precedente e pagar os salários no dia cinco do mês seguinte. E não paga com os reajustes, com as correções que estão explícitas na nova Constituição do Estado do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é hora de refletir, é hora de recompor o passado e é hora de fazermos justiça. Esperamos que as emendas que discutiremos a partir da segunda e terceira discussões, passem a ajustar e a fazer justiça de agora em diante. Se nestes três anos não foi possível, espero que nos anos futuros, apesar de sabermos que esta medida é pensando na próxima eleição, espero que se institucionalize uma política salarial justa para os nossos funcionários públicos do Estado do Paraná.

O Sr. Lindolfo Júnior - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo aparte ao nobre Deputado Lindolfo Júnior.

O Sr. Lindolfo Júnior - Nobre Deputado Pedro Tonelli, agradeço a Vossa Excelência. Apenas para lembrar e alertar mais uma vez: não consta da Mensagem os resíduos de outubro e novembro deste ano, não consta também o IPC integral de dezembro. E, com relação ao flagrante descumprimento do art. 27, que Vossa Excelência citou agora há pouco, nós apresentamos um projeto, esse projeto já foi para a Comissão de Constituição e Justiça, que já deu parecer favorável à betenização dos salários no dia trinta, trinta e um, no final do mês. Se o Governador Álvaro Dias não respeitar a Constituição, como bem disse Vossa Excelência ele prometeu defendê-la e cumpri-la aqui neste Parlamento, nós aprovaremos este projeto e, no dia cinco, evidentemente, o servidor público terá o seu salário corrigido, betenizado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o seu apar-

te, nobre Deputado, que só vem enriquecer a discussão da matéria ora em pauta. E digo mais: é hora de refletir. Espero que as injustiças do passado sejam um espelho para que não as cometamos no futuro.

Era isso, Senhor Presidente. Era isso, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

FMB com a palavra.

Declina.

PT com a palavra.

Declina.

PL com a palavra.

Declina.

PDS com a palavra.

Declina.

PPF com a palavra.

Declina.

PDT com a palavra.

Declina.

PTB com a palavra.

Declina.

PTN com a palavra.

Declina.

PRN com a palavra.

Declina.

PRP com a palavra.

Declina.

PSDB com a palavra.

Declina.

PMDB com a palavra.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Ocupo hoje, inicialmente, o Horário da Liderança do PMDB apenas com o objetivo de fazer uma análise inicial, parcial, sobre a matéria que passaremos a votar definitivamente a partir de amanhã. Evidentemente, com sete minutos da Liderança do PMDB, não nos será possível uma avaliação a respeito da Mensagem que ora se apresenta. No entanto, voltaremos no curso dessa discussão para algumas respostas a alguns Parlamentares que fazem do seu mandato uma exclusividade da contestação pela contestação. Existe uma determinada lógica a nortear a vida do cidadão detentor de um mandato público, que é a do apoio nas medidas corajosas ou pelo menos do silêncio. A voz do silêncio muitas vezes fala alto quando não se tem o argumento necessário ou a contrariedade necessária para contestação de um fato que se apresenta. Eu vi inicialmente o Deputado Lindolfo Júnior correndo atrás, de imediato, na tentativa de capitalizar o aumento encaminhado por sua Excelência o Governador, de 292%, reposição das perdas salariais do ano de 1989; mas não serve para Sua Excelência, ele

quer mais, ele acha que o índice não é verdadeiro, que não repõe. Mas, se o Governo tivesse apresentado 350% também não lhe serviria, porque aje nesta Casa exclusivamente como uma "carpideira do desconsolo", faz da sua passagem por esta Assembléia, única e exclusivamente, contestação agora que deixou o Partido do Governo, para tentar chamar para si as vitórias que não obteve nas lutas antecipadas dentro desta Casa.

Eu vejo como é difícil ser Bancada do Governo, quando tantas vezes tivemos que suportar aqui neste plenário, as galerias muitas vezes nos hostilizando, e tendo que votar matérias extemporâneas, para trabalhar junto ao Governo e constantemente a nossa bancada o fez discutindo com o Governo a necessidade de reposição das perdas de 1989. E no momento que viemos aqui após o Governo ter ouvido sindicatos, as associações de servidores públicos, de ter oferecido um aumento corajoso nas dificuldades orçamentárias por que passa o Poder Público, vemos aqui a tentativa de mostrar que o aumento não atinge a necessidade daquilo que o servidor esperava.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, quinze dias atrás, discutindo com os próprios Parlamentares, sobre quanto se previa que a emenda viesse a oferecer ao servidor, os mais razoáveis falavam em 180%, os mais otimistas imaginavam a possibilidade de 250%. A Mensagem chega com 292%.

Eu entendo, que não faz bem para alguns Parlamentares que o Governo tente repor as perdas salariais do exercício. E nas colocações do Líder do PT, Pedro Tonelli, que eu entendi em determinados pontos o reconhecimento pelo ajuste da política salarial do Governo, apenas a sua dúvida quando a oportunidade de fazê-lo, nós queremos apenas alertar, que talvez essa possibilidade de reajuste ao servidor e isso é importante que o servidor público do Paraná tenha conhecimento, faz parte da política, pela qual também defendemos durante o ano inteiro aqui, quando se reduziu o prazo de recolhimento de ICM, quando se proibiu as prorrogações de prazo de recolhimento para recuperação de caixa, para se poder num novo orçamento de 1990, e que não passe despercebido a nenhum Parlamentar de que ano orçamentário começa no dia 1º de janeiro de 1990. O exercício anterior baseava-se em orçamento anterior e muitas e muitas vezes, verbas comprometidas até com a possibilidade de complementação para poder oferecer aumento. Dissídio coletivo, e aqueles que trabalham com sindicatos, com os trabalhadores, sabem que o dissídio coletivo existe exatamente para reposição de perdas. E nós voltaremos

falar a partir de amanhã, sobre perdas de zeramento de IPC trimestral, que está sendo oferecido nessa Mensagem.

Vamos discutir sim, mas com racionalidade e vamos esperar porque está na hora de desmascarar a verdade que o representante do Partido dos Trabalhadores, meu amigo e conterrâneo Pedro Tonelli, para falar na política salarial do seu Partido, quando vier aqui nesta Assembléia, falar em reajuste mensal, falar que a CUT está propondo reajuste semanal de salário, chega! Ninguém mais é oposição, neste País! Somos situação em muito lugar. Se o PT tem condições de falar em reajuste semanal para os seus salários, comece a fazer pela Prefeitura de Porto Alegre, pela Prefeitura de São Paulo; que a política celetista, a política salarial que vale para o Paraná, ela vale também para outros Estados e vale também para outro nível de Governo, que é o Poder Municipal, porque trabalhador é um só. Comer, todos têm que comer! E justiça se faz, cobrança se pode fazer, quando se cumpre dentro da nossa Casa, aquilo que se pede para a casa do vizinho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para apreciação e parecer aos Projetos de Lei n.ºs 01, 02, 03 e 04/90, bem como para o Projeto de Resolução n.º 01/90, todos tratando do reajuste salarial das diversas categorias de funcionários públicos do Estado. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 01/90, 02/90, 03/90 e 04/90; e do Projeto de Resolução n.º 01/90.
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 371/89.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 409/89.

Levanta-se a sessão.